



FORUM DE MONITORIA DO ORÇAMENTO

Maputo, 22 de JUNHO, 2022 Número 74

Português

EM CABO DELGADO

Assembleia Provincial não fiscalizou o plano de resposta à COVID-19 porque os fundos foram alocados à Secretaria de Estado

Depois de Tete em Abril último, desta vez (Junho) foi a cidade de Pemba que acolheu dois eventos relacionados com o controlo da gestão da coisa pública: primeiro foi uma formação sobre práticas e ferramentas de monitoria da governação e de serviços públicos dirigida aos activistas das organizações comunitárias de base de Cabo Delgado; e segundo foi o diálogo entre os representantes do governo de Cabo Delgado e das organizações da sociedade civil local sobre a eficácia da implementação do "Plano de Resposta à COVID-19".





A iniciativa foi promovida pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) como organização hospedeira do Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO), com o apoio da União Europeia, como parte do projecto de Monitoria da Gestão das Finanças Públicas (GFP) no âmbito da implementação do “Plano de Resposta à COVID-19” em Moçambique. O objectivo destas acções é contribuir para melhorar o conhecimento da resposta à COVID-19 implementada pelo Governo de Moçambique em todas as suas componentes ao nível central e local.

Na verdade, a iniciativa surge num contexto em que existe um reconhecimento generalizado da necessidade da sociedade em geral advogar por melhorias na prestação de serviços públicos. Para tal, é importante capacitar o lado da demanda da prestação destes serviços, garantindo que os usuários dos mesmos estejam informados sobre os seus direitos e tomem atitudes que irão influenciar na melhoria da qualidade da governação e dos serviços públicos.

Trata-se de um procedimento que ajuda o ci-

dadão a construir uma capacidade de analisar, reflectir e agir diante de situações que configuram má gestão das finanças públicas. Esta acção parte da adopção de uma postura de monitoramento até à exigência de responsabilização dos que não cumprem com os padrões e normas de gestão de finanças públicas que, em muitos casos, criam desvios de recursos de serviços vitais à população, como saúde, educação e assistência social, prejudicando milhões de cidadãos, principalmente os que vivem em situação de vulnerabilidade.

Depois da formação sobre práticas e ferramentas de monitoria da governação e de serviços públicos dirigida aos activistas das organizações comunitárias de base, o CDD, em parceria com o Observatório do Cidadão para Saúde (OCS), realizou, ainda na cidade de Pemba, o diálogo entre os representantes do governo de Cabo Delgado e das organizações da sociedade civil local sobre a eficácia da implementação do “Plano de Resposta à COVID-19”. O diálogo visava fomentar o envolvimento dos cidadãos de Cabo Delgado no



debate público sobre a eficácia da implementação do “Plano de Resposta à COVID-19”, bem como revitalizar os espaços de participação pública tendo como grupo alvo as organizações comunitárias de base que acompanham diariamente a realidade das comunidades.

Esta iniciativa de criação de espaços de diálogo entre o Governo e as organizações não-governamentais com foco no desenvolvimento das comunidades permite gerar práticas de trans-

parência e boa governação na gestão eficaz e eficiente dos recursos para resposta à COVID-19, em particular os recursos que resultam da mobilização doméstica, contribuindo deste modo para uma participação informada do cidadão.

O diálogo contou com a presença de cerca de 50 participantes, a maioria representantes de organizações da sociedade civil. Na abertura do evento, o representante da Administradora de Pemba disse que Pemba foi a segunda cidade



onde foi declarada a transmissão comunitária da COVID-19, depois de Nampula. “Este debate é importante para nós para percebermos como é que lidamos com esta pandemia. Apesar de não constar do relatório, tivemos que fazer pequenas obras nas unidades sanitárias de Pemba para o rastreio de pessoas com sintomas da COVID-19”, disse o representante da Administradora de Pemba.

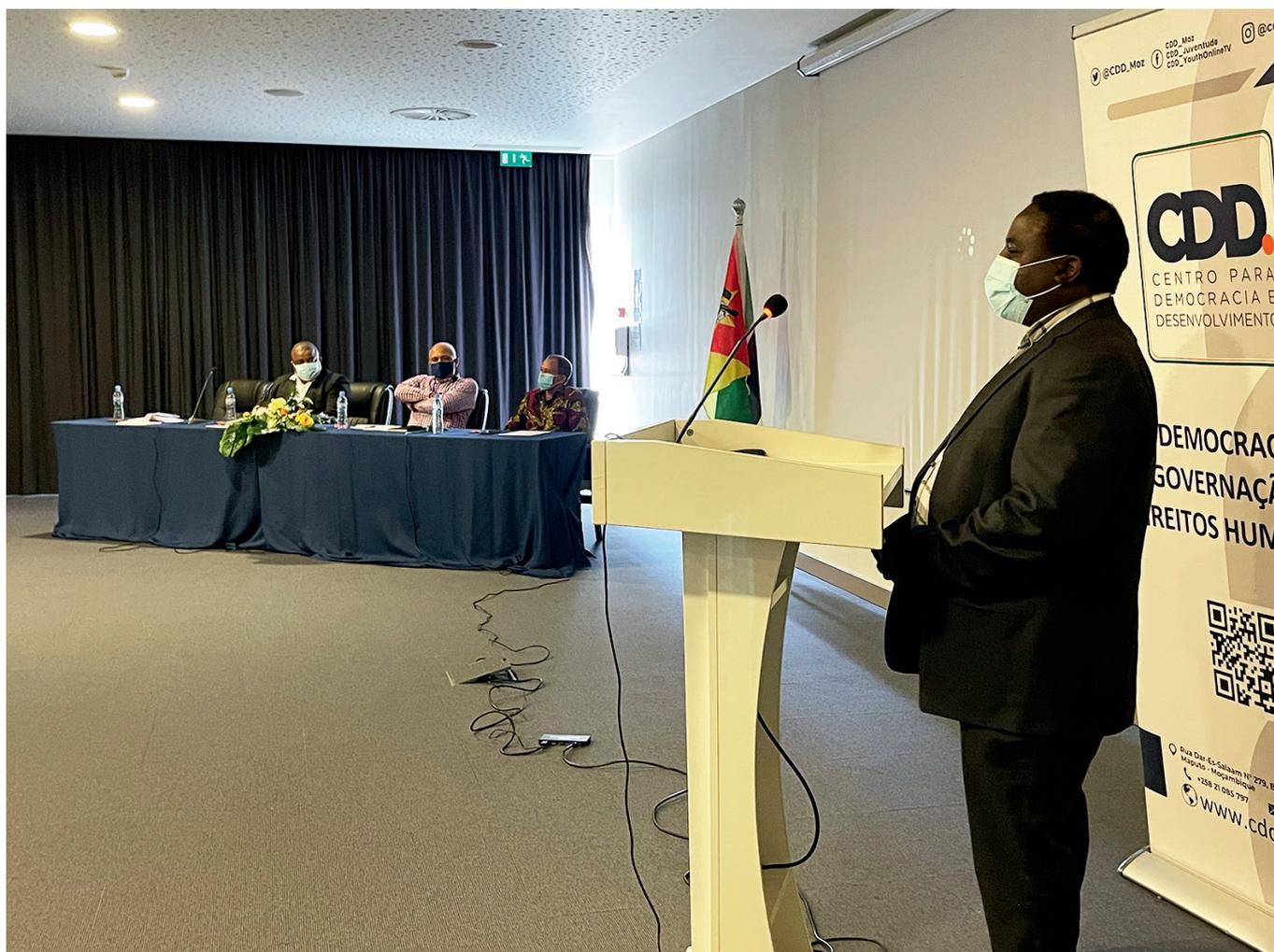
Uma parte dos fundos (700 milhões de dólares) que o Governo mobilizou junto dos parceiros de cooperação foi aplicada na construção/reabilitação de sanitários nas escolas primárias, secundárias e institutos de formação profissional, incluindo, em alguns casos, a abertura de furos de água e/ou ligação à rede pública. O sector da Educação esteve representado pelo respectivo director provincial, Ivaldo Quincardete. “Este debate é importante para o sector da Educação, por isso temos aqui colegas que estiveram e ainda estão a trabalhar nas matérias ligadas à COVID-19. A falta de água, a falta de sanitários condignos nas nossas escolas ainda continuam sendo grandes desafios, apesar do trabalho feito pelo Governo no âmbito da criação de condi-

ções para o retorno seguro dos alunos”.

O dirigente máximo da Educação em Cabo Delgado reconheceu, porém, que gerir a pandemia da COVID-19 nas escolas foi um grande desafio, pois a situação coincidiu com o momento em que a capital provincial Pemba estava a receber milhares de crianças deslocadas devido ao extremismo violento. “Foi um desafio porque ao mesmo tempo estávamos a receber deslocados e tínhamos que enquadrar cerca de duas mil alunos”, disse Ivaldo Quincardete. A vereadora e representante do Município de Pemba também falou dos desafios que a cidade enfrentou ao ter que tomar medidas de prevenção e combate à COVID-19 numa altura em que milhares de deslocados vítimas do extremismo violento estavam a chegar à capital provincial de Cabo Delgado.

O representante do Secretário de Estado da província de Cabo Delgado recorreu a dados numéricos para mostrar o quão a pandemia da COVID-19 foi avassaladora naquela parcela do país. “Temos que continuar a lutar porque a COVID-19 ainda não acabou, apesar da redução do número de casos. A COVID-19 foi uma pandemia





nova para todos nós. Era preciso ter um plano muito flexível para fazer face às suas dinâmicas. Isso explica as divergências constatadas pelo estudo do FMO. Houve necessidade de adaptar a cada dia o plano de resposta. Quando estamos em situação de emergência tudo vale para salvar vidas humanas”, defendeu o representante do Secretário de Estado da Província de Cabo Delgado.

Já a directora provincial da Saúde em Cabo Delgado, Anastácia Lidimba, o número de casos de COVID-19 por província é proporcional aos valores gasto na resposta à pandemia. “Fazíamos reuniões diárias com o Ministro sobre as necessidades de cada província. Algumas aquisições eram feitas a nível central. Houve uma orientação para que todas as províncias arrandassem um centro de saúde para receber exclusivamente os doentes da COVID-19. Em Cabo Delgado transformamos o Centro de Saúde 18 de Outubro, na cidade de Pemba, em hospital para

tratamento dos doentes da COVID-19. Além da reabilitação do centro de saúde, tivemos que comprar equipamentos. Esse orçamento não está reflectido no estudo do FMO. Assumimos os erros cometidos, mas tudo foi feito na luta contra a COVID-19”, explicou.

A Assembleia Provincial de Cabo Delgado esteve representado pelo respectivo presidente, Francisco Loureiro, e membros de todas as bancadas. Na sua intervenção, o dirigente do órgão de fiscalização disse que o diálogo é importante na medida em que ajuda a Assembleia Provincial a compreender o trabalho feito pelas autoridades da província e a monitoria feita pelas organizações da sociedade civil. “A divergência entre os dados apresentados no estudo do FMO e pelos serviços de Saúde de Cabo Delgado deixa-nos com muitas dúvidas. Os desvios de aplicação podem revelar a má planificação”, Presidente da Assembleia Provincial de Cabo Delgado.

Entretanto, outros membros da Assembleia



Provincial deixaram claro que aquele órgão aprova planos do Conselho Executivo Provincial e é sobre este órgão que exerce a sua função de fiscalização. “Como Assembleia Provincial não temos competência para ir à Secretária de Estado fiscalizar fundos usados no âmbito da prevenção da COVID-19. A Assembleia Provincial não foi informada sobre os fundos destinados ao combate da COVID-19 em Cabo Delgado. Maior parte do dinheiro de combate à pandemia da COVID-19 foi transferido para órgãos adstritos à Secretaria de Estado de Cabo Delgado”.

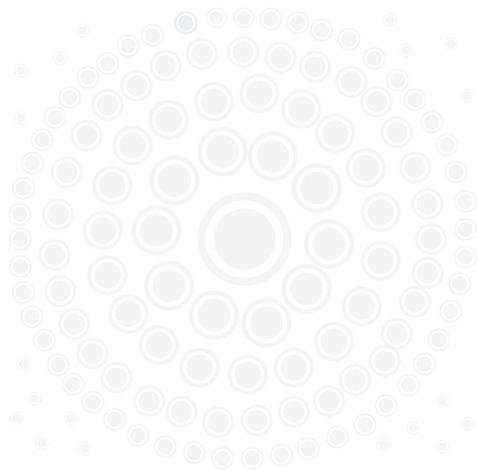
Entretanto, muitos representantes da sociedade civil questionaram sobre o destino dado aos fundos destinados às famílias vulneráveis para mitigar os efeitos negativos da COVID-19. “O que sucedeu aqui em Cabo Delgado é que esse dinheiro beneficiou as pessoas que não precisavam da ajuda. As famílias vulneráveis não receberam o dinheiro. É o mesmo que está a acontecer agora em relação à ajuda humanitária para os deslocados. Quem está a beneficiar da ajuda humanitária não são os deslocados, mas sim pessoas que nunca foram vítimas do terrorismo”, disse Marta Licuco, defensora de direitos



humanos.

A activista defendeu a responsabilização das pessoas que beneficiaram ilicitamente do dinheiro que era destinado às famílias vulneráveis. “Fiquei triste quando ouvi que a Assembleia Provincial de Cabo Delgado praticamente não fez nenhum trabalho de fiscalização do dinheiro que entrou na província para a COVID-19”,

lamentou Marta Licuco. No diálogo, o Instituto Nacional de Acção Social (INAS), órgão tutelado pelo Ministério do Género, Criança e Acção Social e responsável pelos pagamentos de subsídios destinados às famílias vulneráveis, não esteve representado. Esta situação fez com que todas as questões levantadas sobre o pagamento de subsídios ficassem sem esclarecimento.



Membros do FMO



Contactos

CDD: Organização hospedeira	FMO
<p>Editor: Prof. Adriano Nuvunga Autor: Emidio Beula</p>	
<p>📍 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo ☎ +258 21 085 797 ✉ info@cddmoz.org 🌐 www.cddmoz.org 🐦 @CDD_Moz 📺 @CDDMoz 📷 @CDD_Moz</p>	<p>🌐 www.fmo.org.mz ✉ fmomozambique@gmail.com 📘 FMO.Mozambique 🐦 @FMO_Moz 📺 Youtube</p>